

AGENDA PARA A NATALIDADE

Introdução

Num momento em que se projeta o futuro de Portugal, com a revisão das Grandes Opções do Plano 2021-2023, mas também a alocação dos fundos para o Plano de Recuperação e Resiliência e o Quadro Plurianual da União Europeia (2021-2027), importa olhar para a juventude enquanto peça-chave da sustentabilidade económica e social do país a médio e longo prazo. Uma juventude empoderada e resiliente, capaz de fazer frente às sucessivas crises nacionais, europeias e mundiais, que consiga garantir a sustentabilidade do modelo de segurança social, no volume das contribuições, na fixação de jovens no país e com isso na nossa capacidade de gerar riqueza e atrair investimento, é essencial para Portugal.

Assim, o Conselho Nacional de Juventude propõe uma Agenda para Natalidade, que reflita um compromisso transversal para com as novas gerações ao englobar um conjunto de medidas articuladas e integradas que permitam à juventude alcançar a segurança e independência financeira para que se possa emancipar e escolher iniciar uma família, revertendo, desta forma, o envelhecimento generalizado da população e a baixa taxa de natalidade portuguesa - uma das mais baixas a nível mundial¹.

Tendo presente que a passagem de uma vida de dependência familiar para uma de autonomia financeira é cada vez mais tardia, uma Agenda desta índole, assente na emancipação jovem, não se pode ficar por medidas que promovam o aumento da natalidade em si, mas deve procurar ir mais longe, repensando esta transição de forma transversal e com impacto na sociedade no seu todo. Assim, uma verdadeira Agenda para Natalidade deve englobar outras áreas como a do emprego, habitação, educação, saúde e coesão.

Na Europa:

Exemplos a seguir de Agenda(s) para Natalidade

Uma estratégia integrada para a natalidade, como tem sido implementada de forma bem sucedida nos países nórdicos, França e Bélgica, devem ser exemplos a seguir. Por contraponto, políticas baseadas em apoios financeiros únicos e pontuais, apoios à fertilidade assistida, entre outros, surtem efeitos apenas no curto prazo².

Um estudo do Fundo das Nações Unidas para a População³ demonstra a interligação entre as várias componentes da vida e a taxa de natalidade, tais como a articulação entre a vida profissional e pessoal; parentalidade intensiva e desigualdades de género, bem como a incerteza, instabilidade e precariedade do mercado de trabalho, juntamente com o aumento dos preços da habitação.

1. Dados do Banco Mundial sobre a taxa de fertilidade, disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.TFRT.IN?most_recent_value_desc=false [consultado a 14/10/2010]

2. "Policy responses to low fertility: How effective are they?" United Nations Population Fund, 2020, disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Policy_responses_low_fertility_UNFPA_WP_Final_corrections_7Feb2020_CLEAN.pdf [consultado a 14/10/2020]

3. Idem, *Ibidem*

A título de exemplo, França tem sido o país cuja taxa de natalidade se tem mantido mais elevada na Europa, apesar de um ligeiro declínio desde a crise de 2008, tendo atingido os 2,01 filhos por mulher em idade fértil em 2012 quando a média europeia era de 1,53. Tal acontece, de acordo com especialistas, devido à existência de um conjunto de políticas integradas que têm impacto nas condições de trabalho da mulher, na possibilidade de conciliação entre vida profissional e familiar, na segurança financeira por via do trabalho mesmo enquanto família monoparental, nos benefícios como a licença de parentalidade que garantem o retorno da mulher ao trabalho, no acesso a serviços de creche e escolas e nas próprias tradições culturais onde a igualdade entre homens e mulheres está mais presente, o que leva a que a mulher não se sinta obrigada a escolher entre o desenvolvimento da sua carreira profissional e a maternidade.

Na Bélgica existe um gabinete federal dedicado à projeção, pesquisa e análise de informação que sustentam depois políticas públicas onde a questão da natalidade é um dado importante, o Belgian Federal Planning Bureau. Tal demonstra a importância dada à esta questão e a ligação que é feita pelos decisores políticos entre natalidade e crescimento económico do país, e a forma como o planeamento do crescimento estrutural da economia e as metas de crescimento potencial estão intimamente ligados à natalidade e às políticas públicas transversais criadas para o efeito.

Em Portugal:

O porquê de uma Agenda transversal

Portugal é o terceiro país da União Europeia com a maior percentagem de população acima dos 65 anos, sendo ultrapassado apenas pela Grécia e Itália⁴, o que o torna um dos países com população mais envelhecida e em plena reversão da sua pirâmide etária, uma vez que a taxa de natalidade (1.4) não tem acompanhado o aumento da esperança média de vida. De acordo com as projeções do Eurostat, em 2050, quase metade da população (47,1%) em Portugal terá idade superior a 55 anos⁵. Este índice de envelhecimento, sem políticas ativas de reversão, terá um impacto dramático ao nível das contas públicas e da competitividade da nossa economia, provocando desequilíbrios na sustentabilidade do sistema de segurança social, crucial para o garante da dignidade da pessoa humana.

A média de idade de uma mulher quando tem o seu primeiro filho em Portugal está situada nos 30,5⁶ anos, em contraste, a idade média da mulher ao ter o primeiro filho em 1960 era de 25

4. Dados do Statista, disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1105835/share-of-elderly-population-in-europe-by-country/> [consultado a 14/10/2020]

5. Publicação Eurostat "Ageing Europe, Looking at the Lives of Older People in the EU", Publicação de 2019, disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/10166544/KS-02-19%E2%80%91EN-N.pdf/c701972f-6b4e-b432-57d2-91898ca94893> [consultado a 14/10/2020]

6. Dados da Pordata, disponíveis em: <https://www.pordata.pt/Portugal/idade+media+da+mãe+ao+nascimento+do+primeiro+filho-805> [consultado a 14/10/2020]

anos. A idade tardia em que as famílias decidem iniciar a sua parentalidade atualmente pode ser explicada em parte pela falta de estabilidade no emprego e salários dignos.

A Organização Internacional do Trabalho há muito que alerta para a importância do trabalho digno e lembra que em Portugal empregos estáveis e seguros estão especialmente racionados para os mais jovens, apesar de serem o grupo etário com mais educação, sendo a juventude (15-24 anos) desproporcionalmente afetada por contratos temporários⁷. O relatório da OIT de 2019 sobre Portugal alerta para as consequências da falta de oportunidades económicas para os jovens, o que os leva a emigrar, em busca de melhores empregos no exterior. Estas mudanças colocam uma pressão substancial na sustentabilidade dos sistemas de proteção social e podem ter igualmente um impacto negativo na produtividade e atividade económica no geral, já que os jovens são sinónimo de aumento de produtividade. A crise económica e social, consequência da pandemia de COVID-19, veio interromper uma trajetória descendente dos números de desemprego jovem em Portugal que importa travar desde já com medidas ativas de emprego jovem de forma a prevenir novas vagas de emigração, por um lado, mas também que a juventude recorra ao trabalho informal, onde a precariedade aumenta. Sendo o trabalho o elemento central no garante da autonomia e segurança financeira necessária à emancipação jovem, bem como na quebra dos ciclos de pobreza e exclusão social, que garante por via do rendimento e da criação de riqueza, as condições básicas de vida e promove o acesso a outros direitos, uma Agenda para Natalidade não pode ser omissa nas medidas de apoio ao emprego jovem.

A habitação afigura-se igualmente como importante para gerar a autonomia necessária à criação de uma família. Um estudo de 2019 elaborado pela Fundação Calouste Gulbenkian intitulado Habitação Própria em Portugal numa Perspetiva Intergeracional que analisa a evolução do acesso à habitação própria em Portugal desde 1970 até recentemente, identifica os principais fatores de risco de exclusão social no acesso à habitação das novas gerações e conclui que: 1) houve uma duplicação do peso da despesa anual média das famílias com habitação nos últimos 26 anos; 2) houve uma inversão desde o ano 2000 da tendência de crescimento de casa própria nos mais jovens; e 3) houve um aumento constante da percentagem de jovens adultos (18-34 anos) a viver em casa dos pais.

No que diz respeito à educação, entende-se que deve ser outro dos pilares de uma Agenda para a Natalidade, uma vez que permitirá a aquisição de competências para uma vida profissional bem sucedida, que propicia a quebra dos ciclos de pobreza servindo como elevador social e como tal possibilita o acesso a oportunidades, perpetuando um ciclo de prosperidade que se estende ao longo de gerações. Para além disso, promove igualmente o aumento dos índices de literacia social e de bem-estar por via do empoderamento da juventude.

Uma aposta na Economia do Conhecimento que privilegie a produção de conhecimento técnico e científico, sem esquecer a aposta na formação profissional e na formação dos quadros intermédios e superiores jovens permitirá à economia portuguesa competir com os outros países de forma igual e ser pioneira em alguns mercados, deixando a dependência de uma indústria pouco robusta e diversificando os setores da sua economia atual. A OCDE tem alertado Portugal para a necessidade de aumentar em 100% anualmente o seu investimento público no Ensino Superior de

7. Publicação da Organização Mundial do Trabalho "Decent Work in Portugal 2008-18 DECENT WORK IN PORTUGAL 2008-18 From crisis to recovery", disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_646867.pdf [consultado a 14/10/2020]

forma a chegar aos níveis de investimento que se coadunem com a média europeia⁸ e deixou um conjunto de recomendações importantes no passado⁹ que importa visitar e implementar. Já em 2003 a mesma organização afirmava num relatório publicado a correlação direta entre a baixa taxa de natalidade e as barreiras enfrentadas pelos jovens na sua transição do sistema educativo para uma vida independente e a criação de uma família¹⁰. Por fim, a formação ao longo da vida, que permite depois a mobilidade no emprego e a progressão na carreira, devem igualmente constar nesta Agenda enquanto promotores do emprego digno¹¹.

Gerações mais resilientes, são igualmente gerações mais capazes. As questões de saúde na juventude, em particular a saúde mental, é algo que tem sido alvo de análise por especialistas que indicam que o consumo de antidepressivos e ansiolíticos tem aumentado ao longo das últimas décadas e os níveis de bem-estar decrescido. Para além disso, a taxa de suicídio tem aumento drasticamente entre os jovens, sendo atualmente a segunda causa de morte (antecedida por acidentes rodoviários) entre a população jovem. A saúde mental tem e continuará a ter impacto na capacidade produtiva da força de trabalho, no bem-estar social e no próprio Sistema Nacional de Saúde, importando assim que seja um foco específico de trabalho nesta Agenda. Por outro lado, no acesso à saúde sexual e reprodutiva, apesar dos avanços significativos que têm conhecido, continua a existir a necessidade de ser universalizada na juventude. Ademais, apesar da trajetória ascendente das políticas de natalidade como o aumento da licença e subsídio de parentalidade, a despenalização do aborto, entre outras, a tipologia das famílias portuguesas está a mudar e assim, deve também mudar o enquadramento da natalidade em Portugal de forma a garantir a todas e a todos o acesso aos cuidados de saúde e à parentalidade.

Por fim, a coesão territorial que passa também pelas questões ambientais, da mobilidade e da participação democrática não podem ficar esquecidas. Um país adaptado aos desafios das alterações climáticas, consciente do seu papel na Ação Climática, capaz de apostar num planeamento territorial coeso e smart, que aposta na mobilidade territorial e acesso a serviços permite que mais jovens se fixem nos territórios rurais, insulares e urbanos e considerem planejar uma família. Permitir que os jovens possam escolher entre criar uma família nos grandes centros urbanos ou no interior deve ser uma escolha livre e não estar condicionada pela oferta laboral, mobilidade, acessibilidade, acesso à internet, creches e escolas ou outros serviços públicos disponíveis existente no local preferencial.

Tendo presente a mais valia que a juventude representa para qualquer país, importa que haja um investimento e compromisso claro do país e dos decisores políticos - Assembleia da República, Governo e Autarquias - para garantir um conjunto de políticas e programas transversais,

8. Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, "OECD Review of the Tertiary Education, Research and Innovation System in Portugal", 2018, disponível em: <https://fronteirasxxi.pt/wp-content/uploads/2018/08/Review-of-TERI-in-Portugal-6-February-OCDE-sum%C3%A1rio-preliminar.pdf> [consultado a 14/10/2020]

9. Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico "Reviews of National Policies for Education: Tertiary Education in Portugal", 2007, disponível em: <http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/reviewsofnationalpoliciesforeducationtertiaryeducationinportugal.htm> [consultado a 14/10/2020]

10. Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, "Low Fertility Rates in OECD Countries: Facts and Policy Responses", 2003, <https://www.oecd.org/social/family/16587241.pdf> [consultado a 14/10/2020]

11. Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e Organização Internacional do Trabalho "Global Skills Trends, Training Needs and Lifelong Learning Strategies for the Future of Work", 2018, disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_646038.pdf, [consultado a 14/10/2020]

como a Agenda para a Natalidade, que criem as oportunidades para as novas gerações se emanciparem em Portugal.

Desta forma, o Conselho Nacional de Juventude está disponível para trabalhar em cooperação de forma a criar uma verdadeira Agenda para a Natalidade que coloque a emancipação jovem como centro da sua atuação para a juventude e apresentamos desde logo um conjunto de medidas que nos parecem importantes ter em conta neste processo que esperamos de co-construção.



Emprego

1. + EMPREGO JOVEM

- ✓ Desagravamento da contribuição fiscal a entidades que contratem jovens, e desagravamento fiscal às pessoas jovens contratadas (ex: diminuição dos encargos patronais e individuais como por exemplo a redução da TSU e IRC e IRS);
- ✓ Incentivos para a criação do próprio emprego;
- ✓ Implementar políticas que promovam a redução do horário, a valorização dos salários e a contratação de mais trabalhadores, promovendo a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- ✓ Apostar na renovação das carreiras da função pública - através da formação, inovação e da mobilidade interna - garantindo quotas para a juventude nas novas contratações;

2. + QUALIDADE DE EMPREGO

- ✓ Flexibilização do horário laboral, permitindo ao trabalhador fazer a gestão do seu próprio horário de trabalho com base no cumprimento de metas e objetivos;
- ✓ Implementação de medidas de valorização geral dos salários, fomentando o aumento gradual do salário médio e aumento do Salário Mínimo Nacional;
- ✓ Aumento da fiscalização para impedir a utilização de vínculos precários de forma perversa;
- ✓ Regulação do teletrabalho, garantido os direitos digitais.

Habituação

1. + HABITAÇÃO

- ✓ O Estado poderá funcionar como garantia para o acesso a crédito à habitação para jovens que queiram investir na sua primeira habitação;
- ✓ Aumento do parque público habitacional convergindo para os 10% de média na União Europeia, garantindo uma majoração para jovens;
- ✓ Reestruturar programas de habitação acessível como o Porta 65 de forma a dar resposta aos desafios estruturais da habitação jovem;
- ✓ Garantir uma percentagem para jovens em programas de habitação a custos controlados;
- ✓ Redução do IMI para agregados familiares até aos 40 anos;
- ✓ Diminuição da carga fiscal sobre o proprietário no arrendamento jovem;

Educação

1. + EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

- ✓ Repensar o modelo de ensino-aprendizagem e avaliação de forma a promover a adaptação e inovação dos seus métodos, considerando as questões prementes da digitalização, aquisição de competências fluídas e reais necessidades do mercado de trabalho;
- ✓ Promoção de ciclos curtos de aprendizagem, permitindo uma rápida reconversão de pessoas para o mercado de trabalho;
- ✓ Aumento do nível de qualificações jovens, apostando na formação profissional e num aumento real do financiamento do Ensino Superior;
- ✓ Reforçar as competências e capacidades da A3ES, no sentido de se promover avaliações mais rápidas e com mais frequência, de forma a adaptar os planos de estudos dos ciclos de estudo mais rapidamente;
- ✓ Garantir o investimento ao nível das infraestruturas, classe docente e pessoal técnico necessário para manter a trajetória crescente na escala do PISA;
- ✓ Incentivo ao aumento de creches públicas e aumento das vagas comparticipadas em creches IPSS;
- ✓ Criar um regime de presenças que permita às jovens mães conciliarem a família e o acesso e frequência de ensino por parte de jovens mães;

Coesão e Ambiente

1. + COESÃO

- ✓ Garantir que existe acesso à internet em todo o país;
- ✓ Facilitar o acesso aos serviços públicos por via da digitalização, descentralização e desburocratização dos mesmos;
- ✓ Promover a coesão territorial e a fixação de jovens fora dos grandes centros urbanos, por via de incentivos à criação de emprego e do teletrabalho, integrando os potenciais stakeholders da região, nomeadamente as Instituições de Ensino Superior;
- ✓ Garantir a participação jovem nos processos de tomada de decisão, promovendo a literacia política, o seu envolvimento pleno e mecanismos de e-voting.

2. + MOBILIDADE

- ✓ Promover a criação de uma rede de transportes públicos adequada às infraestruturas e necessidades dos habitantes e da região;
- ✓ Incentivar a mobilidade individual suave partilhada;
- ✓ Promoção e apoio ao desenvolvimento de estratégias para a transformação das cidades em SmartCities, ambientalmente sustentáveis, através de uma otimização da eficiência energética; melhoria dos processos de recolha e tratamento de resíduos; criação de mais espaços verdes comum, entre outros;
- ✓ Fomentar uma economia circular, através do incentivo à criação de projetos de inovação social, tais como projetos de combate ao desperdício alimentar e utilização de roupa e utensílios em segunda mão;

Saúde e Bem-estar

1. + SAÚDE

- ✓ Garantir o cumprimento do Plano Nacional de Saúde Mental, adaptando e reforçando a sua abrangência com o reforço de equipas multidisciplinares a partir dos cuidados de saúde primários;
- ✓ Garantir estratégias eficazes do aumento da literacia em saúde. Este tipo de abordagens deve ser estruturada e planeada de modo a que as suas repercussões sejam mensuráveis;
- ✓ Reforço das campanhas de sensibilização para a vacinação, tendo em vista o combate à desinformação provocada pelos movimentos anti-vacinação;
- ✓ Transferência de competências para os Cuidados de Saúde primários de modo a aumentar a acessibilidade ao SNS.
- ✓ A curto prazo, garantir que todos os portugueses tenham acesso a médico de família na sua área de residência;
- ✓ Garantir o acesso à Procriação Medicamente Assistida, a todas as pessoas que desejam ter um ou uma filha;

2. + IGUALDADE

- ✓ Aumento transversal dos valores do abono de família com majoração para aquelas onde a média de idade dos membros independentes do agregado familiar seja inferior a 35 anos;
- ✓ Aumentos dos apoios a famílias numerosas, através de uma revisão da contribuição em sede de IRS, permitindo uma maior disponibilidade financeira real aos agregados familiares com mais de 4 elementos na sua composição;
- ✓ Garantir a universalidade das terapias hormonais para jovens trans, apetrechado os locais de saúde com especialidades, técnicos e profissionais - incluindo psicólogos - com capacidade, sensibilidade e formação para o correto acompanhamento;
- ✓ Rever os procedimentos de adoção de crianças e jovens institucionalizados de forma a que sejam mais céleres, garantindo o bem-estar dos mesmos;
- ✓ Reduzir para 0% o IVA sobre produtos de higiene íntima das mulheres e todos os métodos contraceptivos, garantindo o apoio através dos centros de saúde para as pessoas que não tem possibilidade de comprar, privilegiando a sustentabilidade;

